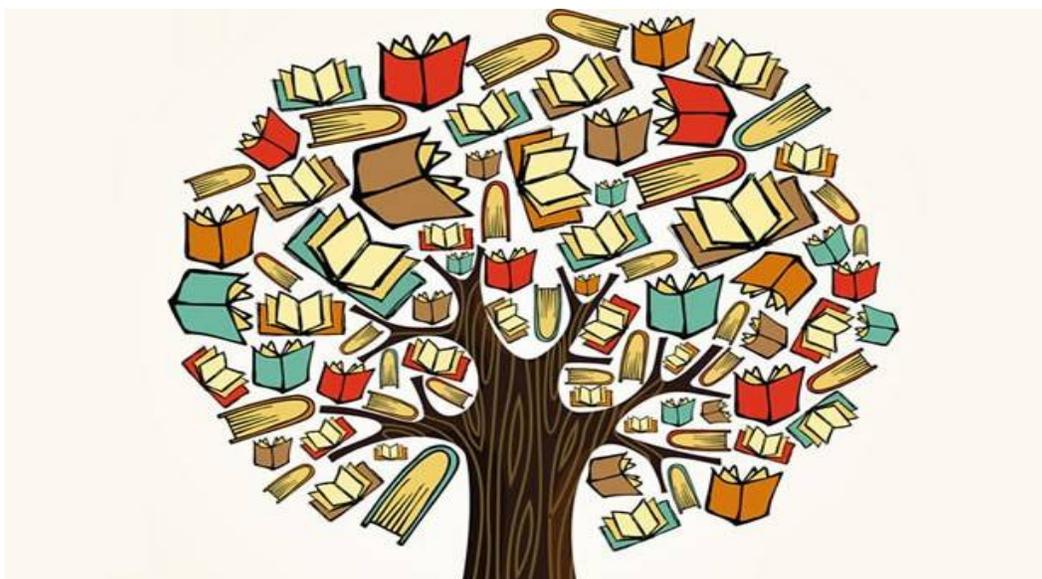




COORDENADORIA DE BIBLIOTECA E MEMÓRIA RELATÓRIO ANUAL 2016





**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA MILITAR**

RELATÓRIO DA COORDENADORIA DE BIBLIOTECA E MEMÓRIA

A Coordenadoria de Biblioteca e Memória do Tribunal foi criada, em 12 de fevereiro de 2015, com a publicação no Diário da Justiça Eletrônico, n. 5.496, do novo Regulamento dos Serviços Auxiliares da Justiça Militar do Estado. Entretanto, o órgão administrativo se origina oficialmente, em 1972, com o antigo Regulamento da Corte de Apelação que criou a Biblioteca Fernando da Silva Bastos. Porém, acredita-se que a Biblioteca exista desde 1940, quando houve a promulgação do Decreto-Lei n. 47 que reorganizou a Justiça Militar do Estado e transformou o Conselho de Apelação em Corte de Apelação.

A Coordenadoria de Biblioteca e Memória é o órgão incumbido de organizar, manter, conservar e atualizar o acervo de memória institucional, doutrina, legislação e jurisprudência do Tribunal, bem como elaborar e executar pesquisas de informações subsidiárias aos trabalhos jurisdicionais e administrativos da Justiça Militar do Estado. Desde suas origens até a presente data, a Unidade visa oferecer eficiência e qualidade nos produtos e serviços prestados aos integrantes da JMERS e aos cidadãos.

1. SERVIÇO DE PROCESSAMENTO TÉCNICO DE DOCTRINA, DE LEGISLAÇÃO E DE JURISPRUDÊNCIA

As atribuições do Serviço de Processamento Técnico compreendem: a) selecionar livros e publicações periódicas, nacionais e estrangeiras; e propor à Direção-Geral sua aquisição; b) revisar, registrar, classificar, catalogar e indexar livros e publicações periódicas e prepará-los, devidamente, para a circulação; c) fazer a leitura dos diários assinados, e examinar as publicações oficiais do interesse da Justiça Militar do Estado; d) orientar o serviço de limpeza e conservação do acervo; e) preparar para a

encadernação ou restauração os volumes que se encontrem em mau estado de conservação; f) propor à Direção-Geral a descarga do material inutilizado ou obsoleto, lavrando-se termos da mesma; g) organizar e manter as coleções e os catálogos de obras que se tornarem necessários; e h) revisar o acervo para verificação de eventual extravio de obras.

A seguir estão registradas as atribuições regulamentares da Coordenadoria desenvolvidas em 2016.

1.1 Seleção de Livros e Periódicos para Aquisição

As obras para composição do acervo da Coordenadoria de Biblioteca e Memória são adquiridas através de compra, de doação ou de permuta. A Coordenadoria adquiriu, no ano de 2016, o valor de R\$ 12.982,72 em livros, o que representa um decréscimo de investimento de 42% se comparado ao ano de 2015. Em 2016, foram investidos cerca de R\$ 35.865,57 em novas assinaturas e renovações. A Coordenadoria recebeu diversas doações de livros, de publicações seriadas, de monografias totalizando 1097 títulos e 1150 exemplares incorporados ao acervo. O material recebido e não incorporado ao acervo foi doado a outras instituições.

1.1.1 Investimentos em Acervo Eletrônico

Em 2016, a Biblioteca buscou investir no seu acervo eletrônico, seja pelas facilidades que seu uso apresenta, ou seja, pelo custo/benefício que apresentam. Além disso, o Setor tem procurado catalogar no Sistema Pergamum materiais de informação disponíveis na Internet gratuitamente, tendo conseguido nesse ano atingir 289 obras no acervo de Publicações On-line. Tendo acrescido a coleção de Bases Dados e a de CDs-ROM.

The screenshot displays the Pergamum website's search interface. At the top, there is a navigation menu with options like 'Meu Pergamum', 'Início', 'Voltar', 'Imprimir', and 'Login'. Below this, a search bar is visible with the text 'Publicações On-Line'. A dropdown menu shows 'Selecionar outras Pesquisas' and 'Buscar por: Publicações On-Line'. A search button labeled 'Pesquisar' is present. Below the search bar, there is a list of search results, including titles such as 'Ação rescisória : a cúmula n. 343-STF e as funções institucionais do Superior Tribunal de Justiça / 2009', 'Ações diretas de inconstitucionalidade : jurisprudência / 2004-2005', and 'Algumas considerações acerca do princípio da proporcionalidade'. The page also shows a 'Número de Registros Encontrados: 289' and a 'Registros por página: 20' dropdown menu.

1.1.2 Doação de Duplicatas

A Biblioteca do Tribunal de Justiça Militar do RS recebe diversas doações de seus usuários. Nem todo material doado é incorporado ao acervo, seja pela existência daquele material, seja pela incompatibilidade dos assuntos. Os materiais não incorporados são reunidos em uma lista e oferecidos a outras bibliotecas jurídicas ou gerais de todo o Brasil.

Durante o ano de 2016, os materiais de informação não incorporados foram doados a outras bibliotecas jurídicas. Com esse intercâmbio foi beneficiada a Unidade de Informação da Academia da Polícia Civil (ACADEPOL).

1.2 Revisão, Registro, Classificação, Catalogação, Indexação de Livros e Publicações Periódicas e Preparação para Circulação

Através das atividades do processamento técnico biblioteconômico são realizadas a análise temática e a representação descritiva dos materiais de informação que serão incluídos no acervo da Coordenadoria de Biblioteca e Memória. O processamento técnico compreende as atividades de catalogação, de classificação e de

indexação de documentos e visam facilitar o seu armazenamento e localização. Essas atividades são realizadas com base em padrões documentais, como por exemplo: vocabulários controlados, códigos de catalogação e tabelas de classificação.

O acervo da Biblioteca Fernando da Silva Bastos obteve um acréscimo de 20% em seu tamanho, se considerados todos os tipos de materiais informacionais que o compõem. Durante esse ano foram catalogados, classificados e indexados 2561 materiais documentais. Foram incorporados ao acervo 2561 novos títulos, 411 novos exemplares e 2 materiais adicionais.

The screenshot shows a web browser window displaying the search results for 'código de processo civil 2016'. The page header includes the logo of the Tribunal de Justiça Militar and navigation links like 'Início', 'Voltar', 'Imprimir', and 'Login'. The search interface shows the search term and the number of records found (138). The results are listed in a table with checkboxes and links to view details.

Registro(s)	Termo pesquisado: "código de processo civil 2016"	Número de Registros Encontrados: 138
1 - 20	Página(s): 1 2 3 4 5 6 7	Adicionar à Cesta: Todos Esta Página
<input type="checkbox"/>	A possibilidade de utilização dos embargos de declaração em processos administrativos conferida pelo novo código de processo civil : um reforço ao controle dos atos administrativos pela obediência ao princípio da motivação / 2016 - (Artigos de periódicos) - Acervo 172328 ARAÚJO, Aldem Johnston Barbosa. A possibilidade de utilização dos embargos de declaração em processos administrativos conferida pelo novo código de processo civil: um reforço ao controle dos atos administrativos pela obediência ao princípio da motivação. <i>Revista dos Tribunais</i> , São Paulo, v. 105, n. 970, p. 137-191, ago. 2016. Revista dos tribunais / 1912 - - Acervo 138881 REVISTA DOS TRIBUNAIS. São Paulo: Revista dos Tribunais,1912-. Mensal. Índice acumulado. ISSN 0034-9275. Visualizar DETALHES	
<input type="checkbox"/>	Agravo de instrumento no código de processo civil de 2015 : entre a taxatividade do rol e um indesejado retorno do mandado de segurança contra ato judicial / 2015 - (Artigos de periódicos) - Acervo 172150 MARANHÃO, Clayton de Albuquerque. Agravo de instrumento no código de processo civil de 2015: entre a taxatividade do rol e um indesejado retorno do mandado de segurança contra ato judicial. <i>Revista de Processo</i> , São Paulo, v. 41, n. 256, p. 147-168, Jun. 2016. Revista de processo / 1976 - - Acervo 137613 REVISTA DE PROCESSO. São Paulo: Revista dos Tribunais,1976-. Mensal. Índice acumulado. ISSN 0100-1981. Visualizar DETALHES	
<input type="checkbox"/>	Amicus curiae : da legislação esparsa ao regramento genérico do novo código de processo civil / 2016 - (Artigos de periódicos) - Acervo 172795 PAIVA, Anderson Rocha. Amicus curiae: da legislação esparsa ao regramento genérico do novo código de processo civil. <i>Revista de Processo</i> , São Paulo, v. 41, n. 261, p. 23-50, nov. 2016. Revista de processo / 1976 - - Acervo 137613 REVISTA DE PROCESSO. São Paulo: Revista dos Tribunais,1976-. Mensal. Índice acumulado. ISSN 0100-1981. Visualizar DETALHES	

1.2.1 Livros, Folhetos, Monografias e Artigos em Livros

A Biblioteca Fernando da Silva Bastos, durante o ano de 2016, adquiriu 96 títulos diferentes de livros que perfazem o total de 127 exemplares e 1 material adicional. O último inventário de patrimônio de livros constatou que o valor total desse tipo de material é de R\$ 131.918,58. Por fim, cabe salientar que os artigos em livros obtiveram acréscimo de 105 itens.

O acervo de folhetos obteve um crescimento de 57 títulos e 59 exemplares no ano de 2016. Também foi incorporada ao acervo 3 novas monografias (teses,

dissertações e trabalhos de conclusão de curso ou de especialização). As áreas do conhecimento com maior investimento são Direito Processual Civil, Direito Administrativo e Direito Militar.

1.2.2 Periódicos e Artigos em Periódicos

A coleção de periódicos da Biblioteca é formada por 146 títulos nacionais e internacionais. O crescimento da coleção, em 2016, foi de 34 títulos e 222 exemplares. Em 2016, foram investidos cerca de R\$ 35.865,57 em novas assinaturas e renovações. A coleção de periódicos obteve expansão, em função de doações de coleções recebidas de nossos usuários e da política de incorporação no acervo documental de revistas em formato eletrônico.

Aos artigos de periódicos foram acrescentados 2264 novos títulos. A Coordenadoria ainda está realizando o processamento técnico retroativo, ou seja, ainda está catalogando e indexando os exemplares das coleções de revistas que já existiam no acervo. Junto ao processamento retroativo também está sendo feito o processamento dos exemplares de periódicos recém-adquiridos.

1.2.3 Atos Normativos e Legislação Institucional

A Unidade também atualizou as pastas de Atos Normativos da JMERS com as resoluções, portarias, ordens de serviço, provimentos, publicados no ano de 2016.

A Coordenadoria de Biblioteca e Memória também realizou a consolidação de diversos atos normativos e leis que foram alterados no ano de 2016. Os textos foram atualizados e publicados no *site* institucional.

1.2.4 Digitalização da Jurisprudência Institucional Não Publicada

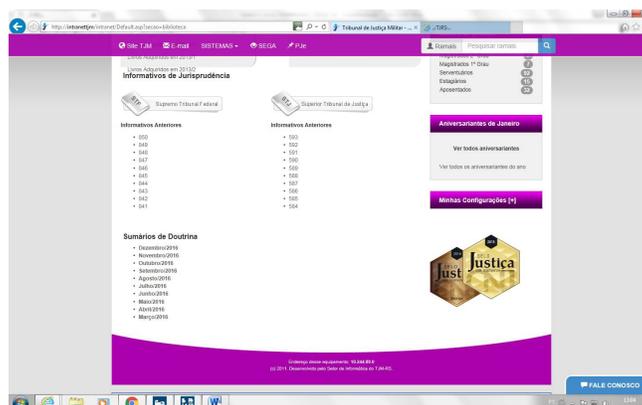
A Coordenadoria, durante o referido período, iniciou a digitalização dos acórdãos não publicados arquivados. A digitalização oferece agilidade no atendimento das demandas na medida em que é possível enviar o material no mesmo momento da consulta.

Além disso, os arquivos de computador evitam a reprodução dos documentos em papel. Esse fato diminui a quantidade de papel utilizado, bem como colabora com a política de preservação ambiental promovido pelo Programa de Gestão Ambiental da Justiça Militar do Rio Grande do Sul (JMEco) e pelo Grupo Interinstitucional de Cooperação Ambiental (GISA).

1.2.5 Disseminação Seletiva de Informações

A disseminação seletiva de informações (DSI) é um dos serviços personalizados oferecidos pela Biblioteca Fernando da Silva Bastos. A DSI consiste na leitura, na seleção e na disponibilização de informações focadas nas atividades jurisdicionais desenvolvidas pelos membros da Justiça Militar do Estado do RS e nas atividades administrativas da Secretaria do Tribunal de Justiça Militar do RS. As informações são captadas em diários oficiais, em sites institucionais e nos materiais de informações adquiridos pela unidade, como livros e revistas.

A DSI compreende a disseminação dos atos do Diário Eletrônico do TCE/RS (9 ocorrências em 2016), dos atos do Diário Oficial do Estado (10 ocorrências em 2016), dos Informativos do Supremo Tribunal Federal (38 ocorrências em 2016) e dos Informativos do Superior Tribunal de Justiça (19 ocorrências em 2016). Além desses produtos informacionais, a Biblioteca elaborou um boletim mensal com todos os sumários de revistas de doutrina recebidos no mês corrente. Os arquivos foram disponibilizados na Intranet da Instituição e são enviados por e-mail aos membros e servidores do Ministério Público do Rio Grande do Sul (MPRS). Ademais, a Biblioteca realizou o arquivamento de 242 atos do Diário da Justiça do Estado.



2 SERVIÇO DE MEMÓRIA

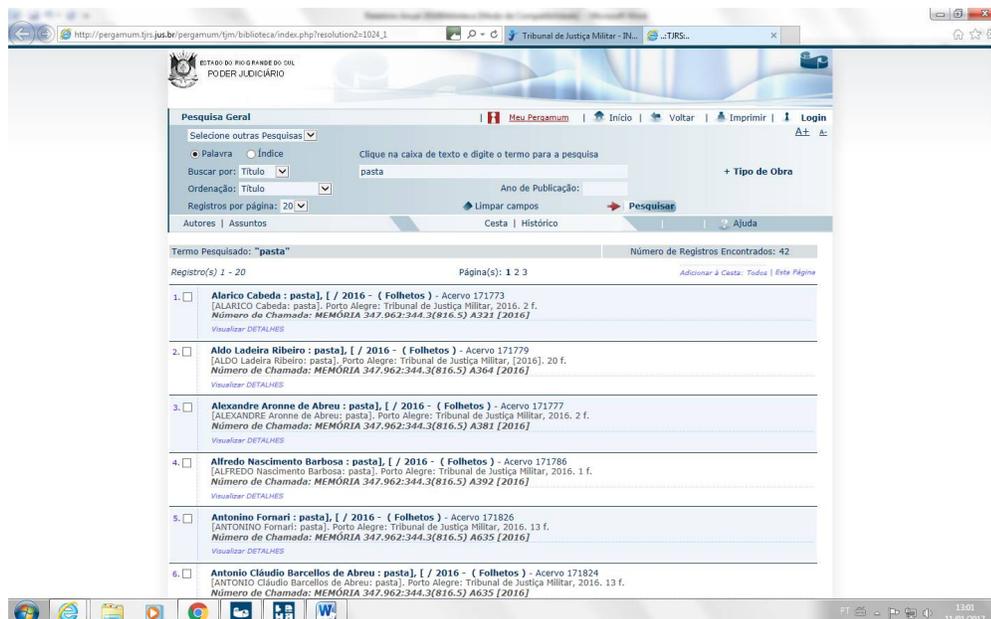
Ao Serviço de Memória incumbe resgatar e conservar a história da Justiça Militar do Estado, o pensamento e a atuação de seus integrantes desde sua criação e investigar as influências recíprocas entre a sua ação e o ambiente social de cada época. Para tanto lhe compete: a) recuperar e catalogar documentos, imagens iconográficas e outros objetos pertinentes; b) recuperar, através da memória oral, as histórias de vida dos magistrados e servidores da Justiça Militar, editando livros e folhetos; c) mobilizar e sensibilizar os magistrados, servidores e público em geral à efetiva concretização dos objetivos do Projeto Memória; d) celebrar convênios com universidades, escolas e outras instituições culturais aptas a contribuir para os fins do projeto; e) realizar intercâmbios com instituições e programas similares, particularmente àqueles ligados à atividade judiciária; f) captar apoio e patrocínio, quando necessário, de entidades voltadas para o estímulo financeiro das atividades culturais; g) localizar e arrecadar, quando possível, material de interesse do projeto junto às Auditorias e ao Tribunal; h) designar um local próprio para guarda adequada tecnicamente à catalogação do acervo documental e fotográfico, bem como armários para a guarda de documentos, livros, revistas, jornais, coletâneas, entrevistas, pesquisas, publicações e produções; i) propor a criação de projetos de responsabilidade social conforme as metas do Conselho Nacional de Justiça; e j) propor pesquisas de datas comemorativas e históricas alusivas à instituição para divulgação no site oficial, com fim de preservação histórica da memória institucional, por ser instrumento de identidade, de legitimidade e de poder.

A seguir estão registradas as atribuições regulamentares do Serviço de Memória realizadas em 2016. O Serviço de Memória desde sua criação – 2003 – conta com o Senhor Juiz Sérgio Antonio Berni de Brum como coordenador e idealizador das publicações e atividades desenvolvidas.

2.1 Recuperação e Catalogação de Documentos Históricos

Os arquivos digitais do Projeto Memória foram todos organizados e os arquivos físicos estão sendo tratados e inseridos no Sistema Pergamum com vistas a dar

publicidade a todo trabalho realizado pelo Memória enquanto Projeto. Durante o ano de 2016 foram catalogadas e indexadas 36 pastas biográficas e 4 pastas de memória institucional, totalizando 44 exemplares.



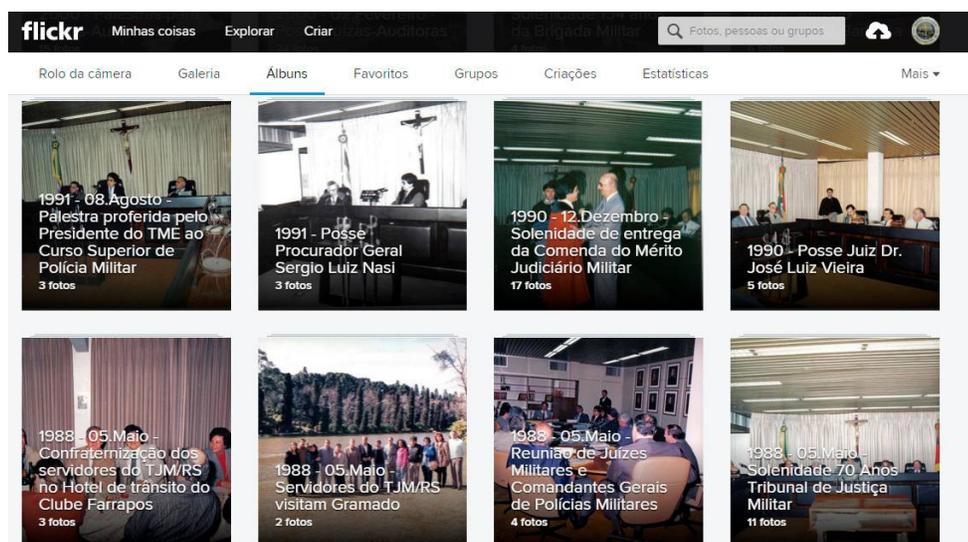
2.2 Recuperação e Catalogação de Imagens Iconográficas

A recuperação e a catalogação de imagens iconográficas – atribuição regimental do Serviço de Memória – se deu em 2016 de duas formas, a saber, organização e catalogação das fotografias em papel existentes no acervo do Projeto Memória e organização e tratamento das fotografias digitais existentes nos sites institucionais, inclusive no site do Tribunal.

2.2.1 Flickr

O Serviço de Memória deu continuidade à atividade criada e desenvolvida pelo Projeto Memória que consiste em disponibilizar na ferramenta Flickr as fotos institucionais para a formação do Banco de Imagens Institucional. Também foram

organizadas as fotos já publicadas. Da mesma forma foram inseridas as fotos anteriores a 2013.



2.2.2 Acervo iconográfico do Projeto Memória

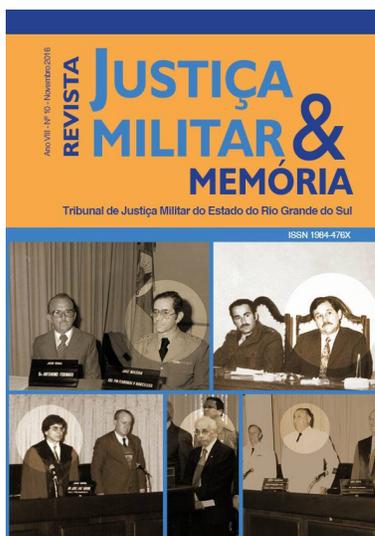
O Serviço de Memória deu continuidade à atividade criada e desenvolvida pelo Projeto Memória no que tange a organização, impressão, confecção de envelopes e identificação das pessoas em fotografias. Foram organizadas numericamente 771 fotos, das quais apenas 8 fotos não obtiveram nenhum tipo de identificação ou informação quanto à data, local ou evento a qual se refere. Para identificação das

pessoas constantes nas fotos ou obtenção de informações acerca delas foram consultados juízes e servidores da ativa e aposentados.

2.3 Recuperação da História da Justiça Militar com a Edição de Livros e Folhetos

O Serviço de Memória elaborou e veiculou as seguintes publicações com vistas à divulgação da história da Justiça Militar:

- a) desenvolvimento, organização e editoração eletrônica da Revista Justiça Militar e Memória número 10 (*publicação no prelo*):



SUMÁRIO

- 2 EDITORIAL
- 3 CÓDIGO PENAL MILITAR: IMPOSSIBILIDADE HERMENÊUTICA DE APLICAÇÃO DA EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE POR PECULATO CULPOSO AO EXTRAVIO DE ARMA DE FOGO
Artur de Fagundes Freitas Macedo
- 12 O EXTRAVIO CULPOSO DE ARMA DE FOGO E SEU ENQUADRAMENTO NO CÓDIGO PENAL MILITAR
Clevis Sant'anna
- 20 REPERCUSSÃO DAS REFORMAS DO CPP NO CPPM
Elio Luiz Rossetto
- 34 INCONSTITUCIONALIDADE DA PRISÃO PROCESSUAL OBRIGATORIA NO CPPM
Fernando A. N. Galvão da Rocha
- 46 JUSTIFICAÇÃO HISTÓRICA E DEMOCRÁTICA DA JUSTIÇA MILITAR
Fernando Armando Ribeiro
- 60 CRIME MILITAR DOLOSO CONTRA A VIDA DE CIVIL: INEXISTÊNCIA DA NECESSIDADE DE A JUSTIÇA MILITAR ENCAMINHAR OS AUTORES DO INQUÉRITO POLICIAL MILITAR A JUSTIÇA COMUM QUANDO PRESENTE EXCLUDENTE DE ILICITUDE
Fernando Pereira
- 69 CONTROLE JUDICIAL DO MÉRITO ADMINISTRATIVO
Paulo Adão Cassebo
- 74 A INTIMIDADE COMO LIMITADORA DA PRODUÇÃO DE PROVA
Ronaldo João Roth
- 87 PALAVRAS DA COORDENAÇÃO
- 90 MEMÓRIAS DA JUSTIÇA MILITAR

- b) envio mensal da bibliografia dos Magistrados desta Justiça Militar para o jornal Correio Brigadiano/ABC da Segurança Pública:

pág. 9 Jul/Ago de 2015 História de Vida JCB 234 Correio Brigadiano

Juiz Eduardo Túlio Sarmento Barcelos

Importante memória da participação brigadiana nos movimentos de 1930 e de 1932



ENTREVISTADO: Não há dúvida. Lembro-me de fatos marcantes, muito interessantes, que me voltam à memória. Um deles é o da Revolução de 1930. Na época eu morava na Rua da Praia. Num certo momento, durante à tarde, começou o tiroteio. Era a tomada do Quartel General. Outro foi em 1932, quando da despedida do meu tio que se alistou na Revolução Constitucionalista de São Paulo. Criei-me numa época em que a Brigada Militar tinha um poder de fogo e de organização talvez igual ao do Exército. Praticamente, a história do Rio Grande do Sul, a segurança, em termos de fronteira, estava na mão da Brigada A Brigada Militar era a força tradicional, a força guerreira do Rio Grande. O Exército tinha poucas guarnições naquela época. Santa Maria, Santiago, Porto Alegre, São Leopoldo, São Gabriel. O efetivo da Brigada era muito maior e os praças eram profissionais, enquanto que, os do Exército eram recrutados que cumpriam apenas um ano de instrução. Meu avô, o Major Eduardo Machado de Moraes Sarmento, caudilho da época, foi Chefe de Polícia em Porto Alegre, depois foi Diretor do Cais do Porto - na época não se chamava DEPREC -, e era o responsável por todos os armazéns. Quando o Flores da Cunha começou a se armar contra o Getúlio, ele importou o armamento da Tchecoslováquia. Esse armamento - jipes com metralhadoras, com alta potência de fogo, pneus à prova de bala, e também armamento leve, fuzis de repetição - vinham em caixões que eram desembarcados no Porto. O vovô era o encarregado de colocar aquela mercadoria dentro do armazém e, se não me falha a memória, era o Armazém-5. Um dia, eu era pequeno, chegaram os Oficiais da Brigada, abriram dois ou três caixões para examinar o armamento que estavam recebendo e fizeram a prova dos tiros de fuzil nos pneus. Era o fuzil 1908 que o Exército e a Brigada usavam na época, a bala ricochetava no pneu e não entrava. Quer dizer, o Flores estava tremendamente bem armado, e a Brigada estava pronta para Guerra, caso fosse necessário. Ah! Houve aquela interferência do Arcebispo de Porto Alegre, e apaziguaram, porquê, senão, seria uma das revoluções mais sangrentas essa de 1937.

PROJETO MEMÓRIA: Conta-se que Porto Alegre, inclusive, estava toda cercada por trincheiras. Já estava tudo preparado para a defesa.

ENTREVISTADO: Tudo preparado. Tenho um contraponto, que veio a comandar o 7º BC. Era Tenente-Coronel, na época, e foi um dos que se prepararam para segurar o Flores. Quando viram que estava muito difícil a situação e que seria uma mortandade, apelaram para o Arcebispo (D. João Becker). O Flores da Cunha era um caudilho emocional e ele foi ao Palácio mostrar que seria uma mortandade. Escapamos de uma revolução sangrenta. Recordo-me dos desfiles e que a Brigada desfilaria as metralhadoras pesadas, que eram transportadas em lombo de mules.

PROJETO MEMÓRIA: Mas, tudo isso antes de 1937, porque depois...

ENTREVISTADO: Depois o Getúlio sentiu que essas forças públicas estaduais estavam com um poderio tal que ele pensaria o controle militar e político do País. Então, ele terminou com as bandeiras dos Estados e nomeou um General do Exército para Fiscal das Forças Públicas. Nunca tinham pensado nisso, foi com ele que começou o controle das forças públicas.

PROJETO MEMÓRIA: O senhor tem lembrança dos interventores daquele tempo? Gen. Daltrio Filho, Gen. Cordeiro?

ENTREVISTADO: O Peracchi Barcelos era Ajudante de Ordem do Cordeiro de Farias. Foi ali que ele começou a carreira política.

PROJETO MEMÓRIA: O Cel. Peracchi chegou a lutar na Revolução de 1932 e foi exilado?

ENTREVISTADO: De 1934 a 1937, estive fora de atividade militar, de onde foi afastado, reformado, por motivos políticos, tendo neste período, pelo que me falou certa vez, vendido rídiculos e geladeiras para sustentar a família, indo de casa em casa. Depois veio a anistia, e ele voltou. Freqüentei o Palácio, na época do General Ernesto Dornelles, que era primo do Getúlio e que foi bom interventor. Esse relacionamento surgiu porque o filho dele, Ernesto - de apelido Neneco - foi cadete comigo no tempo da guerra. O Dornelles era um homem de nobreza de caráter e foi um bom adm-



PDF do material completo, coletado pelo Projeto Memória TJMB disponível em: <http://www.abcdaseguranca.org.br/?p=6973>

2.3 Restauração de documentos históricos

Em 2016, foram investidos R\$ 890,00 com a recuperação de documentos históricos. Foram restaurados por uma profissional especializada os seguintes documentos:

- RIO GRANDE DO SUL. Decreto n. 2347 A. Porto Alegre: A Federação. 63 p. (obra pertencente ao Juiz Ribeiro Dantas)
- RIO GRANDE DO SUL. Corte de Apelação. Processos de 1941. 6. v.
- MILITIA. São Paulo, n. 8, v. 54, 1954.

Como bem assevera Iara Quintela Moreira da Silva¹:

¹ SILVA, Iara Jurema Quintela Moreira da. *A importância da conservação, preservação e restauração e os acervos bibliográficos e documentais em saúde coletiva*. Boletim da Saúde, Porto Alegre, v. 15, n. 1, p. 29-36, 2001.

O acesso à herança cultural, por meio do resgate de documentos, responde à busca do homem pelo seu passado, de onde viemos e quem somos. As mensagens deixadas nos proporcionam o entendimento de nós mesmos, a que sociedade pertencemos e que espaço ou papéis ocupamos sócio-historicamente. A preservação de documentos contribui ao esclarecimento de nossa origem étnica e ao enriquecimento do patrimônio cultural do mundo. É papel do conservador-restaurador buscar a sobrevivência física e material destes objetos, sendo responsável pela permanência da informação armazenada mediante a sua conservação, preservação e restauração. A conservação se dedica à preservação do patrimonial, mantendo a integridade dos documentos, minimizando a deterioração. A preservação é o agir em procedimentos que visam ao retardamento ou à prevenção de deterioração ou dos estragos nos documentos. No caso do suporte em papel, isso ocorre por intermédio do controle do meio ambiente, das estruturas físicas e dos condicionamentos que possam mantê-lo numa situação de guarda estável. A restauração é o agir mediante procedimentos que possam devolver o estado original ou o seu estado mais próximo do original, com o mínimo de prejuízo à sua integridade estética e histórica, conservando a sua personalidade.

As obras restauradas estão expostas nas dependências da Coordenadoria de Biblioteca e Memória em armário de vidro – adquirido em 2016 – adequado para exposição de documentos históricos.

2.4 Avaliação histórica dos documentos do Arquivo da Primeira Auditoria e do Tribunal

A Portaria nº 104/2016 instituiu um grupo de trabalho para avaliação histórica dos documentos de um dos Arquivos da Primeira Auditoria da JMERS. A avaliação ainda está em andamento. Ao fim dos trabalhos será elaborado laudo historiográfico com as considerações da Historiadora Gilberta Ferreira da Costa, estagiária do Serviço de Memória.

2.5 Elaboração de apresentação do Serviço de Memória para veiculação institucional

A mobilização e a sensibilização dos magistrados, dos servidores e do público em geral visando à efetiva concretização dos objetivos de recuperação da memória institucional da JMERS foram promovidos através da criação, elaboração e confecção de duas apresentações em formato de slides para veiculação no monitor do Tribunal

localizado no hall de entrada do prédio sede do TJMRS. As apresentações foram elaboradas com fotografias do Banco de Imagens do Serviço de Memória. Uma das apresentações abordou a inauguração dos prédios das Auditorias e do Tribunal e a outra as publicações elaboradas pelo Projeto Memória até então.

PROJETO MEMÓRIA



1ª AUDITORIA DA JUSTIÇA MILITAR DE PORTO ALEGRE

Sala de Sessões da Sede Antiga (e sede da então Corte de Apelação) em 1981.

Coordenadoria de Biblioteca e Memória

PROJETO MEMÓRIA



Trabalho de divulgação desenvolvido em 2015. Atualiza o público acerca do Projeto Memória, integrado à Coordenadoria de Biblioteca e Memória. Aborda os objetivos e atividades, assim como a história do projeto e suas publicações.

Coordenadoria de Biblioteca e Memória

2.6 Atividades do Serviço de Memória para 2017

Dentre as atividades de rotina do Serviço de Memória que serão executadas no ano de 2017, ainda será dada continuidade das seguintes atividades; a) manutenção da publicação das fotos do Tribunal no Flickr; b) organização e catalogação dos arquivos físicos do Projeto Memória; c) desenvolvimento do livro: “Justiça Militar do Estado: histórico e depoimentos, vol. 3”; d) divulgação e lançamento da n. 10 da “Revista Justiça Militar e Memória”; e) desenvolvimento de um seminário interinstitucional sobre a importância da conservação do acervo de Memória Institucional dos Tribunais.

3 SERVIÇOS DE REFERÊNCIA E PESQUISA

Ao Serviço de Referência e de Pesquisa compete: a) atender e auxiliar as consultas de leitores dos usuários (integrantes da Justiça Militar do Estado ou do público em geral), orientando-os na escolha e na pesquisa em livros, periódicos e demais materiais de informação; b) efetuar pesquisas legislativas, doutrinárias e/ou jurisprudenciais para os servidores vinculados a Justiça Militar do Estado; c) gerenciar e controlar o empréstimo do material; d) efetuar ou cancelar empréstimos; e) renovar as obras emprestadas; d) solicitar a devolução do material em atraso ou com reserva; e f) organizar e facilitar os meios necessários à consulta e ao empréstimo de livros e outras publicações.

O serviço de referência é a atividade primordial para a existência de uma unidade de informação. De acordo com Macedo (1990):

(...) a essência do conceito de referência é o atendimento pessoal do bibliotecário profissional preparado para esse fim ao usuário que, em momento determinado, o procura para obter uma publicação ou informação por ter alguma dificuldade, ou ainda, não encontrando a informação na biblioteca, precisa ser encaminhado para outra instituição.²

O surgimento das novas tecnologias de informação e comunicação (TIC's) revolucionou as atividades biblioteconômicas. Atualmente, além da interação

² MACEDO, Neusa Dias de. *Princípios e reflexões sobre o serviço de referência e informação*. Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação, São Paulo, v.23, n.1/4, p.09-37, jan./dez., 1990.

bibliotecário-usuário o profissional da informação também se depara com as relações bibliotecário-interface de entrada de dados (planilhas eletrônicas onde são catalogados, indexados e classificados os materiais informacionais) e usuário-interface de pesquisa. Na Coordenadoria de Biblioteca e Memória os processos biblioteconômicos foram informatizados através do Sistema de Bibliotecas Pergamum. Desde sua disponibilização na Internet institucional, houve um considerável aumento de atendimentos e pesquisas. Para melhoria do atendimento de pesquisas no Sistema Pergamum foi desenvolvido um folder explicativo que será disponibilizado futuramente aos usuários potenciais e a sociedade.

3.1 Atendimentos

Os atendimentos realizados pela Coordenadoria se dividem em consulta local, empréstimos e pesquisas. A consulta local é a utilização, dentro do recinto setorial, de qualquer material de informação existente no acervo. A consulta local está disponível para o público em geral.

O empréstimo de obras é restrito aos usuários vinculados a Justiça Militar do Estado do RS e não são todas as obras do acervo que podem ser retiradas. As obras raras e as de consulta local não podem ser emprestadas devido a sua fragilidade. Em 2016, foram efetuados 1678 empréstimos e 1689 devoluções, totalizando um ligeiro aumento na circulação bibliográfica. Foram emprestados e devolvidos livros, exemplares de periódicos, folhetos e monografias. Os materiais com maior número de ocorrência de circulação são das áreas de: Direito Penal Comum e Militar, Processo Civil e Processo Penal Militar, nesta ordem.

Outra modalidade de empréstimo é o permanente no qual a Coordenadoria, durante o ano de 2016, adquiriu diversos livros para os acervos dos Gabinetes dos Juizes de Direito da Justiça Militar do Estado e para os acervos dos Gabinetes de Juizes e dos órgãos setoriais do Tribunal de Justiça Militar. O empréstimo permanente visa agilizar e facilitar o desenvolvimento das atividades setoriais, na medida em que essas obras são de consulta rápida e diária desses setores

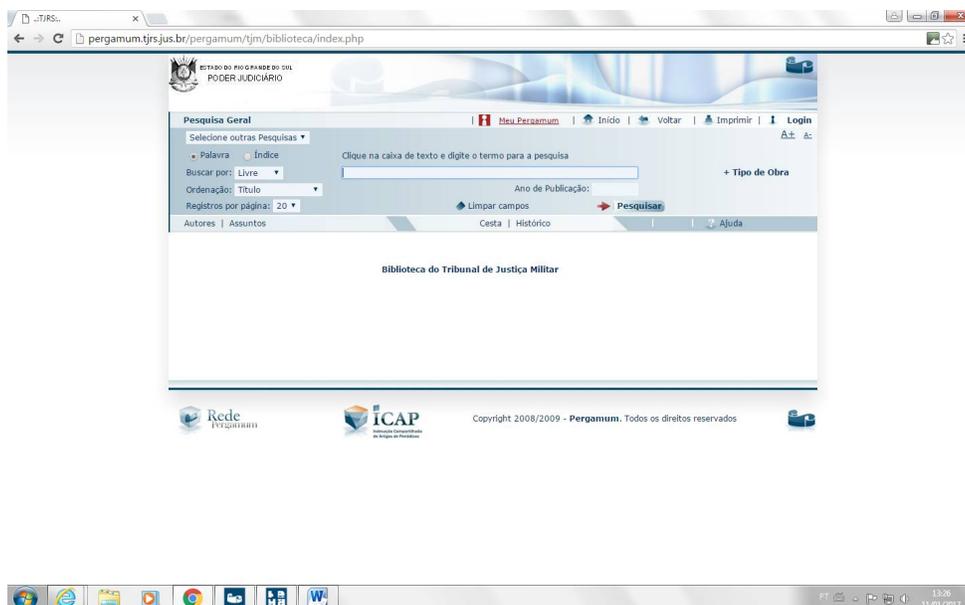
3.2 Pesquisas

Durante esse ano foram realizadas 2618 pesquisas no Sistema Pergamum. A partir do número de pesquisas realizadas é possível inferir que houve pelo menos 8,72 acessos de usuários internos ou externos ao sistema por dia. Importa salientar que o *site* de pesquisa está disponível aos cidadãos na Internet Institucional. As áreas mais pesquisadas, no ano de 2016, são Direito Penal Militar, Direito Administrativo e Administração Pública, Direito Penal Comum, Processo Penal Militar e Justiça Militar, respectivamente.

Além das pesquisas ao acervo próprio da Coordenadoria de Biblioteca e Memória, também foram realizadas diversas pesquisas nos sites de jurisprudência dos diversos tribunais estaduais, do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça. As pesquisas de doutrina são realizadas no *site* da Biblioteca Institucional, entretanto as pesquisas de legislação e de jurisprudência são feitas, quase exclusivamente, no site das instituições produtoras. Cerca de 80% dessas pesquisas são realizadas para suprir as necessidades informacionais dos magistrados e servidores da Justiça Militar do Estado do RS e dos membros e servidores do Ministério Público junto a nossa Instituição.

A Coordenadoria também realizou diversas consultas, em 2016, que visaram à obtenção de pareceres jurídicos para a solução de controvérsias administrativas. Foram utilizados os serviços de consultoria das seguintes publicações: Revista Zênite: informativo de licitações e contratos, Revista JML: licitações e contratos, Boletim de Direito Administrativo, Boletim de Licitações e Contratos e, por fim, Fórum Administrativo: direito público.

A Unidade também colaborou, em 2016, com diversos usuários externos interessados em realizar pesquisas para suas monografias de conclusão de curso, de mestrado, de doutorado, de especialização em Direito Penal Militar, Segurança Pública, dentre outros. Os usuários foram atendidos presencialmente ou virtualmente. Eram oriundos de diversos estados brasileiros e de cidades do interior do RS.



3.3 Intercâmbios de Informações com Outras Bibliotecas Jurídicas

Durante todo o período corrente, a Biblioteca trocou informações e obras jurídicas com várias outras bibliotecas. Dentre elas a do Ministério Público do Estado do RS, as bibliotecas dos Tribunais de Justiça Militar de Minas Gerais e de São Paulo, a do Tribunal de Justiça do RS e a do Supremo Tribunal Federal.

A Biblioteca recebeu vários materiais de informação doados pela Biblioteca do Superior Tribunal de Justiça, pela Library of Congress (Biblioteca do Congresso dos EUA) e por outras bibliotecas jurídicas do Estado. Algumas obras de doação foram recebidas em permuta com a Revista de Jurisprudência Militar, que era expedida pela Unidade.

Porto Alegre, 13 de janeiro de 2016.

Francine Feldens
Bibliotecária Pesquisadora-Judiciária
Coordenadora
Id. Func. 3393917